(Ac. la. T. - 2983/82)

MA/lkm

GRATIFICAÇÃO - BANCÁRIO:

1. O objetivo do legislador de lançar na exceção do § 2º, do artigo 224, da CLT, a obrigatoriedade de pagamento de gratificação superior a 1/3 (um terço) do salário, foi compensar a sujeição do bancário à jornada de até oito horas, afastando enriquecimento sem causa do empregador e que seria decorrência da prestação de mais duas horas de serviço sem acréscimo na remuneração.

2. "Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador." - § 2º, do artigo 457, da Consolidação das Leis do Trabalho.

3. A gratificação de tempo de serviço do bancário - chamada impropriamente "Anuênio", isto face a base de cálculo, está ligada ao cargo efetivo, sendo considerada, portanto, contraprestação pelo cumprimento da jornada regra de seis horas.

4. Das interpretações sistemáticas e teleológicas prevalentes em relação à verbal ou gramatical, levarem à conclusão inabalável de a aludida gratificação de pelo menos 1/3 (um terço) ter como base de incidência o salário stricto sensu acrescido de outras parcelas que componham a remuneração do cargo efetivo, face aos termos amplos do § 2º, do artigo 457, da CLT, como também, a impossibilidade de as duas horas excedentes das seis serem pagas com quantia inferior a destas últimas.

1. RELATÓRIO:

Na forma regimental é o do ilustre Relator de sorteio.

sorteio:

*Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista nº TST-RR-4360/81, em que são Recorrente BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A e Recorrido OSVALDO ROSSATO.

Concluiu a 9ª Região que o adicional por tempo de serviço deve integrar o salário do obreiro para fins de cálculo da gratificação de 1/3 prevista no § 2º, do artigo 224, da CLT, condenando o Banco a pagar a 7a. e 8a. horas como extras e as posteriores a estas também são devidas.

Revista do Banco, sustentado que o anuênio não integra o salário para fins da gratificação de 1/3 nos termos da divergência que transcreve e, admitido o exercício de cargo de confiança, não há direito a horas extras superiores a oito.

Admitido o recurso quanto ao anuênio (fls. 126), contratado, parecer favorável do Ministério Público."

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1. DO CONHECIMENTO:

Conheço pela divergência jurisprudencial quanto à integração do anuênio no cálculo da gratificação prevista no § 2º, do artigo 224, da CLT. Quanto às horas extras, após a oitava, não conheço do recurso, pois o aresto citado como divergente cogita do exercício de função de gestão, direção e mando, e, neste aspecto, o Acórdão Regional é silente.

2.2. NO MÉRITO:

No que conhecido o recurso, nego provimento ao mesmo, porquanto a gratificação prevista no § 2º, do artigo 224, da CLT objetiva, justamente, compensar o fato de o empregado ficar sujeito ao trabalho mais duas horas diárias. Ora, é pacífico que o anuênio tem como fato gerador a maior valia

valia do trabalho daqueles que estão há mais tempo prestando serviços ao mesmo empregador. - Em assim sendo, a hora deste empregador tem maior valorização. Induvidoso é que, no cálculo da aludida gratificação que visa compensar mais duas horas de trabalho, há que ser considerado o valor do anuênio sob pena de o empregador ter, em relação às horas trabalhadas acima das seis diárias, verdadeiro enriquecimento sem causa, sob pena de as seis horas serem remuneradas com base no salário mais a gratificação e as duas horas que completam as oito da jornada tornada normal pelo enquadramento do empregado na execução do § 2º, do artigo 224, da CLT, virem a ser satisfeitas apenas com o salário expungido da gratificação.

Frise-se que o anuênio é parcela diretamente ligada ao cargo efetivo do empregado, porquanto, mesmo em deixando a função comissionada, não a perde. Assim sendo, e considerando que o Legislador Pátrio utilizou expressões diversas no mesmo sentido, ou seja, as locuções "salário e remuneração", haja vista para o preceito inserido no artigo 457, ~~te~~ ~~nh~~ como improcedente o recurso do Banco Bamerindus do Brasil S/A, razão pela qual nego provimento ao mesmo.

3. C O N C L U S ã O:

A C O R D A M os Ministros da 1ª. Turma do Tribunal Superior do Trabalho, unanimemente, conhecer da revista, e, no mérito, por maioria, negar-lhe provimento, vencidos os Exmos. Srs. Ministros Fernando Franco, relator e Ildélio Martins.

Requerer junta de voto vencido o Exmo. Sr. Ministro Fernando Franco, relator.

Brasília, 18 de agosto de 1982.

COQUEIJO COSTA - Presidente da 1ª. Turma.

MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO - Redator designado

designado.

Ciente: JOSÉ MARIA CALDEIRA - Procurador.

JUSTIFICATIVA DE VOTO DO EXMO. SR. MINISTRO FERNANDO FRANCO:

O adicional por tempo de serviço (anuenios) não integra o salário do bancário para fins de cálculo da gratificação de 1/3 prevista no § 2º, do artigo 224, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Quanto às horas superiores a oito além de não ser específico o aresto de fls. 124, o recurso foi trancado (fls. 126).

No que se refere à integração do anuênio, conheço pela divergência (fls. 123).

MÉRITO

O § 2º, do artigo 224, da CLT, ao fixar a gratificação de 1/3 dos bancários, o fez a base do salário do cargo efetivo e como tal não se pode entender o acréscimo do adicional por tempo de serviço como decidido. Assim, entendendo que para os fins da gratificação de um terço do bancário o anuênio não incide no salário do cargo efetivo previsto no artigo 224, da CLT, conforme já decidiu esta Turma nos processos RR-348/82 - 3716/81 - 2933/81 - 4645/81 - 1021/81 e 2953/81 dentre outros.

Dou provimento parcial ao recurso para excluir da condenação a 7a. e 8a. horas.

Brasília, 18 de agosto de 1982.

Ministro FERNANDO FRANCO.